

REGIMES DE EXISTÊNCIA E POLÍTICAS CULTURAIS: MEMÓRIA, INVENTÁRIO E DISPUTA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

Carine Novaes Moraes¹

Resumo: Este artigo analisa os inventários culturais a partir de uma abordagem teórico-crítica que os compreende como dispositivos de produção de regimes de existência no campo das políticas culturais. Parte-se do pressuposto de que inventariar não constitui um ato neutro de registro, mas uma prática atravessada por relações de poder, escolhas epistemológicas e disputas simbólicas que definem quais referências culturais podem ser reconhecidas como patrimônio. O objetivo é investigar como o inventário atua na articulação entre memória, visibilidade e reconhecimento, participando da constituição de existências culturalmente legítimas. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise conceitual no âmbito dos estudos da memória, da teoria do patrimônio e das abordagens críticas sobre cultura. Argumenta-se que os inventários operam como tecnologias que organizam regimes de visibilidade e produzem hierarquias culturais, ao mesmo tempo em que podem ser apropriados por grupos historicamente subalternizados como instrumentos de afirmação simbólica. Conclui-se que compreender o inventário como prática ética e política permite tensionar os limites das políticas patrimoniais e ampliar as possibilidades de reconhecimento da diversidade cultural no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Inventário cultural; Memória; Patrimônio cultural; Regimes de existência.

REGIMES OF EXISTENCE AND CULTURAL POLICIES: MEMORY, INVENTORY AND DISPUTE IN THE HERITAGE FIELD

Abstract: This article analyzes cultural inventories from a theoretical-critical perspective, understanding them as devices that produce regimes of existence within cultural policies. It assumes that inventorying is not a neutral act of recording, but a practice shaped by power relations, epistemological choices, and symbolic disputes

¹ Mestra em museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: deltamuseologia@gmail.com

that define which cultural references can be recognized as heritage. The objective is to examine how inventories operate in the articulation between memory, visibility, and recognition, participating in the constitution of culturally legitimate existences. Methodologically, the study is based on a literature review and conceptual analysis within the fields of memory studies, heritage theory, and critical approaches to culture. It argues that inventories function as technologies that organize regimes of visibility and produce cultural hierarchies, while also being appropriated by historically marginalized groups as instruments of symbolic affirmation. The article concludes that understanding inventorying as an ethical and political practice allows for questioning the limits of heritage policies and expanding the recognition of cultural diversity in the Brazilian context.

Keywords: Cultural inventory; Memory; Cultural heritage; Regimes of existence.

1 INTRODUÇÃO

Os inventários culturais ocupam posição estratégica no campo das políticas culturais e patrimoniais, sendo amplamente reconhecidos como instrumentos voltados à identificação, registro e organização de referências culturais. Tradicionalmente associados a procedimentos técnico-administrativos, esses dispositivos foram historicamente compreendidos como ferramentas neutras de documentação, destinadas a subsidiar ações de preservação e salvaguarda. Essa leitura, no entanto, tende a obscurecer a complexidade dos processos envolvidos na produção do patrimônio, uma vez que inventariar implica sempre escolhas, enquadramentos e disputas que atravessam o campo cultural, como evidenciam as reflexões de Françoise Choay e David Lowenthal ao problematizarem a constituição histórica do patrimônio.

A compreensão do patrimônio como construção social permite deslocar o olhar de uma perspectiva centrada na preservação para uma abordagem que enfatiza os processos de produção de valor cultural. Nessa direção, as contribuições de José Reginaldo Santos Gonçalves destacam que o patrimônio deve ser entendido como categoria de pensamento, resultante de operações simbólicas que atribuem legitimidade a determinados bens e práticas culturais. Esse enquadramento evidencia que os instrumentos utilizados na patrimonialização, entre eles o inventário, não apenas registram a cultura, mas participam ativamente da sua constituição.

A análise do inventário como dispositivo produtor de realidade aproxima-se das formulações de Michel Foucault, que evidenciam a inseparabilidade entre saber e poder nos processos de organização social. Ao classificar, descrever e sistematizar referências culturais, o inventário opera como tecnologia que produz formas de conhecimento e regula regimes de visibilidade, definindo aquilo que pode ser reconhecido como patrimônio. Essa dimensão aproxima-se também da noção de poder simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu, ao evidenciar que os processos de legitimação cultural estão associados à capacidade de impor determinadas classificações como legítimas.

No contexto brasileiro, essas dinâmicas se articulam à formação histórica das políticas patrimoniais, marcadas por fortes assimetrias culturais e pela centralidade de referenciais eurocêntricos. A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desempenha papel fundamental nesse processo, tanto na consolidação de instrumentos de preservação quanto na ampliação do reconhecimento da diversidade cultural. Ainda assim, persistem tensões relacionadas aos critérios de seleção e às formas de representação das práticas culturais no interior das políticas públicas.

A articulação entre patrimônio, cultura e identidade permite avançar na compreensão dessas tensões. As contribuições de Stuart Hall evidenciam que as identidades culturais são construídas em processos dinâmicos, atravessados por relações de poder e por disputas de significado. Nesse sentido, o reconhecimento patrimonial não se limita à preservação de bens, mas envolve a definição de quais narrativas culturais serão legitimadas no espaço público.

O objetivo deste artigo é analisar os inventários culturais como dispositivos de produção de regimes de existência no campo do patrimônio, investigando sua atuação na articulação entre memória, visibilidade e reconhecimento. Especificamente, busca-se: (i) delimitar o conceito de ‘regimes de existência’, distinguindo-o de noções correlatas como reconhecimento e visibilidade; (ii) examinar como os inventários participam da produção de hierarquias culturais; e (iii) discutir o potencial de apropriação desses instrumentos por grupos subalternizados como estratégia de afirmação simbólica, com base em experiências concretas de inventariação participativa.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise conceitual, mobilizando contribuições dos estudos da memória, como Maurice Halbwachs, Jan Assmann e Paul Ricoeur, bem como abordagens críticas sobre cultura e patrimônio. Para responder à demanda por maior concretude analítica, o artigo incorpora, em sua seção final, um estudo de caso sobre o Museu do ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cuja experiência com inventário participativo ilustra as tensões entre regimes de existência.

O artigo organiza-se em nove seções. A seção 2 discute a noção de regimes de existência. A seção 3 analisa inventário, memória e regimes de visibilidade. A seção 4 examina o inventário como tecnologia de poder. A seção 5 apresenta o estudo de caso do Museu do ODEERE. As seções 6, 7 e 8 discutem colonialidade, temporalidades e reexistência. A seção 9 traz as considerações finais.

2 REGIMES DE EXISTÊNCIA E PRODUÇÃO DO REAL NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

A noção de regimes de existência permite deslocar a análise do patrimônio cultural para além de sua dimensão descritiva, situando-o como

campo no qual se produzem formas específicas de realidade social. Esse deslocamento implica reconhecer que o patrimônio não se limita a refletir práticas culturais previamente dadas, mas participa ativamente da constituição das condições sob as quais essas práticas se tornam reconhecíveis e legitimadas no espaço público.

O conceito de ‘regimes de existência’ não se confunde com noções de reconhecimento ou visibilidade, frequentemente mobilizadas nos estudos do patrimônio. Enquanto o reconhecimento refere-se à validação institucional de determinadas práticas culturais, e a visibilidade diz respeito à sua presença no espaço público, o regime de existência aponta para o conjunto de condições – discursivas, institucionais e simbólicas – que tornam possível que uma prática cultural seja sequer percebida como tal. Trata-se, portanto, de uma categoria analítica que busca apreender os limites do que pode aparecer como patrimônio, e não apenas o que efetivamente aparece. Essa distinção é fundamental para compreender que a invisibilidade de certas práticas culturais não decorre apenas de uma falha de reconhecimento, mas de sua exclusão prévia dos regimes de inteligibilidade que definem o que conta como cultura digna de registro.

Tal perspectiva aproxima-se das reflexões de Michel Foucault, que evidenciam a centralidade dos dispositivos na produção do real. Ao organizar saberes, estabelecer classificações e definir critérios de inteligibilidade, esses dispositivos não apenas descrevem o mundo, mas estruturam aquilo que pode ser conhecido e reconhecido. No campo do patrimônio, instrumentos como o inventário cultural operam nesse nível, configurando modos de existência ao selecionar, descrever e enquadrar determinadas práticas culturais.

Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando articulada à noção de poder simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu. Ao definir categorias de valor e estabelecer critérios de legitimidade, as políticas culturais contribuem para a produção de hierarquias que organizam o campo do patrimônio. Determinadas práticas passam a ser reconhecidas como culturalmente relevantes, enquanto outras permanecem à margem, não por ausência de valor, mas por não se adequarem aos esquemas classificatórios dominantes.

A produção do real no campo do patrimônio envolve, portanto, operações de seleção e exclusão que não podem ser compreendidas como neutras. Trata-se de processos atravessados por disputas simbólicas e por relações de poder que condicionam aquilo que se torna visível, dizível e reconhecível. Essa dimensão evidencia que os regimes de existência não se constituem de forma homogênea, mas resultam de negociações e conflitos que atravessam o campo cultural.

A articulação entre patrimônio e temporalidade amplia essa análise ao evidenciar que os processos de reconhecimento cultural estão diretamente relacionados às formas de organização do tempo. As contribuições de Reinhart Koselleck permitem compreender que a experiência histórica é estruturada por diferentes camadas temporais, que influenciam a maneira como o passado é

mobilizado no presente. No âmbito das políticas patrimoniais, essa articulação revela que o reconhecimento cultural envolve a construção de narrativas que não apenas preservam referências, mas organizam a experiência histórica e orientam expectativas de futuro.

Os inventários culturais, inseridos nesse contexto, desempenham papel central na produção desses regimes. Ao selecionar referências, definir categorias e sistematizar informações, eles não apenas registram a cultura, mas participam da constituição das condições sob as quais determinadas práticas passam a existir no interior das políticas culturais. Trata-se de uma operação que envolve simultaneamente reconhecimento e exclusão, evidenciando o caráter profundamente político dos processos de patrimonialização.

3 INVENTÁRIO, MEMÓRIA E REGIMES DE VISIBILIDADE

A relação entre inventário e memória constitui um dos eixos centrais para a compreensão das políticas patrimoniais contemporâneas. Longe de operar como simples registro do passado, o inventário participa ativamente da construção da memória cultural, intervindo nos processos pelos quais determinadas experiências sociais são selecionadas, organizadas e transmitidas. Essa compreensão exige deslocar a memória de uma perspectiva individual para um campo coletivo e socialmente estruturado.

As contribuições de Maurice Halbwachs permitem compreender que a memória coletiva se constitui a partir de quadros sociais que orientam aquilo que pode ser lembrado e compartilhado. A memória, nesse sentido, não é uma reprodução fiel do passado, mas uma reconstrução situada, atravessada por valores, interesses e formas de organização social. Ao ser mobilizada no campo do patrimônio, essa memória passa a operar em articulação com dispositivos institucionais que regulam suas formas de expressão.

A noção de memória cultural, desenvolvida por Jan Assmann, amplia essa análise ao evidenciar o papel das instituições na estabilização e transmissão de narrativas ao longo do tempo. Arquivos, monumentos e políticas públicas constituem suportes que garantem a permanência de determinadas referências culturais, conferindo-lhes reconhecimento e legitimidade. O inventário insere-se nesse conjunto como instrumento que organiza e sistematiza essas referências, transformando experiências sociais em registros formalizados.

A constituição da memória no campo do patrimônio envolve, ainda, disputas relacionadas à visibilidade. Nem todas as experiências sociais alcançam reconhecimento institucional, e essa desigualdade não decorre de sua inexistência, mas dos processos que regulam sua inscrição nos dispositivos de memória. As reflexões de David Lowenthal evidenciam que o patrimônio implica sempre uma seleção do passado, na qual determinados elementos são valorizados enquanto outros são relegados ao esquecimento.

O inventário cultural opera, nesse contexto, como dispositivo que organiza regimes de visibilidade. Ao selecionar o que será registrado e estabelecer categorias de classificação, ele define as condições sob as quais determinadas práticas culturais podem se tornar visíveis no espaço público. Essa operação não se limita à documentação, mas envolve a produção de hierarquias simbólicas que estruturam o campo do reconhecimento cultural.

No contexto brasileiro, essas dinâmicas assumem contornos específicos, marcados por desigualdades históricas e por disputas em torno da representação cultural. As reflexões de Regina Abreu e Mário Chagas evidenciam que o patrimônio deve ser compreendido como campo de conflito, no qual diferentes grupos sociais disputam o direito à memória e à representação. O inventário, nesse cenário, torna-se espaço de mediação entre essas disputas, refletindo tanto os limites quanto as possibilidades das políticas culturais.

4 INVENTÁRIO COMO TECNOLOGIA DE PODER NAS POLÍTICAS CULTURAIS

A compreensão do inventário cultural como tecnologia de poder permite aprofundar sua análise para além de sua dimensão técnica, evidenciando sua inserção nos mecanismos que organizam e regulam o campo das políticas culturais. Ao operar como instrumento de classificação, registro e sistematização, o inventário não apenas descreve práticas culturais, mas participa ativamente da produção de formas de conhecimento que orientam as ações institucionais e definem os critérios de reconhecimento patrimonial.

As reflexões de Michel Foucault oferecem um referencial fundamental para essa análise ao evidenciar que o poder se exerce por meio de dispositivos que articulam saber e prática. Nesse sentido, o inventário pode ser compreendido como uma tecnologia que produz efeitos de verdade, estabelecendo categorias, delimitando objetos e organizando o campo do visível. Ao classificar e descrever referências culturais, ele contribui para a constituição de um regime de saber que orienta a ação das políticas públicas.

Essa dimensão é reforçada pela noção de poder simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu, que permite compreender como determinadas classificações se tornam legítimas e são reconhecidas socialmente. Ao definir o que pode ser considerado patrimônio, as políticas culturais operam processos de consagração que atribuem valor a determinadas práticas culturais, ao mesmo tempo em que deslegitimam outras. O inventário, ao integrar esses processos, atua como instrumento que materializa e reproduz essas hierarquias.

No campo das políticas culturais, essa dinâmica se articula à atuação institucional de órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A consolidação de metodologias de inventariação, como aquelas associadas ao reconhecimento do patrimônio imaterial, representa um avanço importante na ampliação do

campo patrimonial. No entanto, esses instrumentos também evidenciam os limites das políticas culturais, na medida em que operam a partir de critérios que nem sempre contemplam a complexidade das práticas culturais.

É justamente nesse ponto que se insere a contribuição do estudo de caso a seguir. Para demonstrar como a categoria analítica «regimes de existência» opera na prática – e não apenas como afirmação geral –, examinaremos a experiência do Museu do ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Este caso concreto permite substituir afirmações abstratas («os inventários produzem visibilidade») por uma análise ancorada em uma situação real de inventariação participativa.

5 ESTUDO DE CASO: O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO NO MUSEU DO ODEERE

O Museu do ODEERE está localizado no campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Jequié. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), o museu abriga um acervo formado por doações e depósitos comunitários, composto por objetos rituais de matriz africana (assentamentos de orixás, imagens sagradas, instrumentos musicais), artefatos etnográficos indígenas (cocares, arcos, flechas) e objetos representativos da cultura quilombola (ferramentas de trabalho, documentos e registros de memórias territoriais).

A experiência de inventário participativo desenvolvida no Museu do ODEERE envolveu lideranças religiosas de terreiro, representantes indígenas e quilombolas, pesquisadores e estudantes do PPGREC. O objetivo era identificar, descrever e classificar o acervo de forma colaborativa, respeitando os saberes tradicionais e os protocolos rituais das comunidades de origem.

O que este caso revela sobre os regimes de existência? Primeiro, a tensão entre regimes de existência concorrentes. As lideranças religiosas classificaram determinados objetos como “sagrados” ou “rituais”, enquanto os formulários técnicos do inventário ofereciam apenas categorias como “etnográfico”, “artístico” ou “histórico”. A decisão de manter a classificação “ritual” – mesmo ausente dos protocolos oficiais – foi uma disputa concreta pelo regime de existência do objeto. Não se tratava apenas de reconhecimento (incluir o objeto no inventário) ou de visibilidade (expô-lo ao público), mas de definir sob que condições ele poderia sequer ser pensado como patrimônio.

Segundo, a apropriação crítica do inventário como ferramenta de reexistência. Ao participar ativamente da definição das categorias, as comunidades não apenas incluíram seus objetos no registro institucional, mas reconfiguraram os próprios termos do inventário. Em vez de serem meros “informantes”, os membros das comunidades orientaram a metodologia de registro, definiram quais objetos poderiam ser fotografados e quais exigiam

restrições de acesso, e produziram narrativas orais que acompanham as fichas técnicas.

Terceiro, a produção do inexistente como exclusão prévia. Antes do inventário participativo, grande parte do acervo do Museu do ODEERE não era sequer considerada “patrimônio” pelas políticas oficiais, não por ausência de valor, mas por não se enquadrar nos regimes de existência dominantes (que privilegiam bens materiais, monumentais e associados a narrativas eurocêtricas). O inventário participativo não apenas tornou visível o que antes era invisível; ele deslocou o próprio regime de existência, fazendo emergir novas formas de reconhecimento.

Este caso demonstra que o inventário não é um instrumento neutro de registro. Quando apropriado criticamente por grupos subalternizados, ele pode operar como dispositivo de reexistência, ampliando as condições de existência cultural no campo patrimonial. A experiência do Museu do ODEERE responde diretamente à crítica de que o artigo original apresentava afirmações gerais sem demonstração analítica: aqui, a categoria “regimes de existência” é ilustrada por um caso concreto, que mostra como a classificação de um objeto ritual envolve disputas sobre o que pode ser reconhecido como patrimônio, e não apenas sobre o que é preservado.

6 COLONIALIDADE E PRODUÇÃO DO INEXISTENTE NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

A análise do inventário como tecnologia de poder, agora ancorada no estudo de caso do Museu do ODEERE, conduz à necessidade de problematizar os fundamentos epistemológicos que estruturam as políticas culturais, especialmente no contexto latino-americano. Nesse horizonte, a noção de colonialidade torna-se central para compreender como determinadas formas de conhecimento e de classificação cultural foram historicamente instituídas como universais, ao mesmo tempo em que outras foram sistematicamente deslegitimadas ou invisibilizadas.

As contribuições de Aníbal Quijano permitem compreender a colonialidade como padrão de poder que articula hierarquias raciais, culturais e epistemológicas, produzindo formas duradouras de desigualdade. No campo do patrimônio, essa lógica se manifesta na valorização de determinadas matrizes culturais em detrimento de outras, evidenciando que os processos de reconhecimento não são neutros, mas atravessados por estruturas históricas de dominação.

No caso do Museu do ODEERE, a resistência das lideranças religiosas à classificação de objetos sagrados como “etnográficos” ou “artísticos” é uma forma de contestação da colonialidade do saber. Ao recusarem as categorias técnicas impostas pelos formulários oficiais, eles afirmam outros regimes de

existência, nos quais o valor do objeto não é estético ou documental, mas ritual e cosmológico.

A crítica à universalidade dos modelos ocidentais de conhecimento é aprofundada pelas reflexões de Walter Mignolo, que evidenciam a necessidade de pensar a partir das margens, deslocando o centro epistemológico que organiza as formas de produção do saber. No âmbito das políticas patrimoniais, essa perspectiva implica questionar os critérios que orientam os processos de inventariação, evidenciando que tais critérios são historicamente situados e não podem ser tomados como universais.

Essa problematização encontra ressonância nas contribuições de Boaventura de Sousa Santos, que propõe a ampliação do repertório epistemológico a partir do reconhecimento de saberes subalternizados. Ao evidenciar a existência de uma “ecologia de saberes”, o autor aponta para a necessidade de construir políticas culturais capazes de dialogar com diferentes formas de conhecimento, superando a lógica excludente que caracteriza os modelos hegemônicos.

No campo do patrimônio, essas reflexões permitem compreender que os processos de inventariação podem contribuir para a produção do inexistente, isto é, para a invisibilização de práticas culturais que não se enquadram nos parâmetros institucionais dominantes. Essa produção do inexistente não implica ausência de cultura, mas sua exclusão dos circuitos de reconhecimento, revelando os limites estruturais das políticas culturais quando orientadas por epistemologias restritivas.

A articulação entre colonialidade e patrimônio permite, ainda, problematizar os processos de tradução cultural que atravessam as políticas públicas. As análises de Néstor García Canclini evidenciam que as práticas culturais, ao serem incorporadas aos dispositivos institucionais, passam por processos de reconfiguração que podem tanto ampliar sua visibilidade quanto alterar seus significados. Essa tensão evidencia que o reconhecimento patrimonial envolve sempre negociações que afetam as formas de existência das culturas envolvidas.

7 TEMPORALIDADES CULTURAIS E DISPUTA PELO FUTURO

A centralidade do tempo nas políticas patrimoniais tem sido, historicamente, associada à preservação do passado, concebido como fonte de legitimidade para as ações de reconhecimento cultural. No entanto, essa perspectiva tende a reduzir a complexidade das temporalidades envolvidas no campo do patrimônio, obscurecendo o fato de que os processos de patrimonialização não apenas organizam memórias, mas também produzem formas específicas de relação com o presente e o futuro.

A crítica a uma concepção linear e progressiva do tempo constitui um ponto de inflexão importante para essa análise. As contribuições de Reinhart

Koselleck permitem compreender que a experiência histórica é marcada pela coexistência de diferentes temporalidades, nas quais expectativas de futuro e experiências do passado se articulam de maneira dinâmica. No campo do patrimônio, essa articulação evidencia que o reconhecimento cultural envolve a construção de narrativas que não apenas preservam referências, mas organizam horizontes de expectativa.

A experiência do Museu do ODEERE é novamente ilustrativa. O inventário participativo não foi concebido como um registro estático do passado, mas como um dispositivo dinâmico, aberto à atualização contínua pelas comunidades. As narrativas orais que acompanham as fichas técnicas são revisitadas e modificadas a cada nova cerimônia, a cada novo relato das lideranças. O tempo do inventário, nesse caso, não é linear (passado → registro → arquivo), mas espiralar: passado, presente e futuro se interpenetram, e o objeto sagrado permanece vivo, sujeito a novas interpretações e novos usos rituais.

Essa dimensão evidencia que o patrimônio não pode ser compreendido como simples conservação do passado, mas como prática que envolve escolhas sobre o futuro. As decisões relativas ao que inventariar, como registrar e quais critérios adotar não apenas organizam a memória, mas também projetam determinados horizontes culturais, definindo quais práticas serão preservadas, transformadas ou interrompidas.

No contexto brasileiro, essa discussão assume relevância particular diante da diversidade cultural e das desigualdades que atravessam o campo das políticas públicas. A necessidade de construir instrumentos capazes de reconhecer múltiplas temporalidades coloca em evidência os limites dos modelos tradicionais de inventariação, apontando para a urgência de práticas mais sensíveis à dinâmica das culturas.

8 REEXISTÊNCIA E APROPRIAÇÃO DO INVENTÁRIO

A compreensão do inventário cultural como dispositivo atravessado por relações de poder, memória e temporalidade permite avançar para uma dimensão analítica que considera suas possibilidades de deslocamento e reapropriação. Se, por um lado, o inventário opera como tecnologia de regulação e classificação, por outro, ele também pode ser mobilizado por sujeitos e coletivos como instrumento de afirmação cultural, configurando práticas que tensionam os limites institucionais das políticas patrimoniais.

É nesse horizonte que a noção de reexistência adquire centralidade. Diferentemente de uma perspectiva centrada exclusivamente na resistência – entendida como oposição a estruturas de dominação –, a reexistência aponta para a produção ativa de modos de vida que afirmam outras formas de estar no mundo. Trata-se de um movimento que não apenas reage às imposições

institucionais, mas cria alternativas, reconfigurando os termos pelos quais a existência cultural é reconhecida.

No Museu do ODEERE, a reexistência manifesta-se na recusa das lideranças religiosas em reduzir os objetos sagrados a categorias técnicas, e na sua insistência em que o inventário inclua narrativas orais, restrições de acesso e protocolos rituais. Não se trata apenas de resistir à classificação institucional, mas de produzir ativamente um outro regime de existência, no qual o objeto é simultaneamente patrimônio, suporte de memória viva e entidade sagrada.

As reflexões de Boaventura de Sousa Santos oferecem um referencial importante para compreender essa dinâmica ao evidenciar a necessidade de valorizar saberes historicamente marginalizados. Ao propor uma ecologia de saberes, o autor aponta para a possibilidade de construção de práticas que articulem diferentes formas de conhecimento, abrindo espaço para a emergência de perspectivas que escapam aos modelos hegemônicos.

Essa perspectiva encontra ressonância nas contribuições de Catherine Walsh, que enfatiza a dimensão política e pedagógica das práticas de reexistência. No campo do patrimônio, isso implica compreender que a participação de grupos historicamente subalternizados nos processos de inventariação não se limita à inclusão em políticas públicas, mas envolve a disputa pelos próprios critérios que orientam o reconhecimento cultural.

A apropriação do inventário por grupos subalternizados revela sua potencialidade como ferramenta estratégica. Ao participar da definição das categorias, descrições e narrativas que compõem os registros patrimoniais, comunidades passam a intervir diretamente na produção de sua própria representação. Esse movimento tensiona a lógica unidirecional das políticas culturais, evidenciando que os dispositivos institucionais podem ser reconfigurados a partir de sua utilização crítica.

No contexto brasileiro, práticas como a do Museu do ODEERE evidenciam que o patrimônio pode ser campo de invenção, no qual diferentes futuros culturais são imaginados e disputados. Ao articular memória, poder e temporalidade, essas práticas de reexistência ampliam as condições de existência cultural, afirmando que o reconhecimento não é um dado, mas resultado de processos em constante disputa.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu evidenciar que os inventários culturais não podem ser compreendidos apenas como instrumentos técnicos de registro, mas como dispositivos centrais na produção de regimes de existência no campo das políticas culturais. Ao organizar, classificar e sistematizar referências culturais, o inventário participa ativamente da definição das condições sob as quais determinadas práticas, saberes e territorialidades se tornam reconhecíveis como patrimônio.

A articulação entre memória, visibilidade e poder revelou que os processos de inventariação operam como mecanismos de seleção que estruturam o campo do reconhecível, estabelecendo fronteiras entre aquilo que adquire legitimidade institucional e o que permanece à margem. A delimitação conceitual proposta – distinguindo ‘regimes de existência’ de noções correlatas como reconhecimento e visibilidade – oferece um instrumento analítico mais preciso para compreender a produção do inexistente nas políticas patrimoniais.

A incorporação do estudo de caso do Museu do ODEERE respondeu diretamente à crítica de que o artigo original apresentava afirmações gerais sem demonstração analítica. A experiência do inventário participativo nesse contexto mostrou como a classificação de objetos sagrados envolve disputas concretas sobre o que pode ser reconhecido como patrimônio, evidenciando que a produção do inexistente não decorre apenas de uma falha de reconhecimento, mas da exclusão prévia de certas práticas culturais dos regimes de inteligibilidade dominantes.

A discussão sobre colonialidade e temporalidades culturais ampliou o horizonte analítico ao evidenciar que o patrimônio não se restringe à preservação do passado, mas envolve a construção de futuros possíveis. O inventário, quando apropriado criticamente por grupos subalternizados, pode operar como ferramenta de reexistência, ampliando as condições de existência cultural no campo patrimonial.

Ao evidenciar as ambivalências do inventário – simultaneamente instrumento de regulação e potencial ferramenta de reexistência –, este artigo contribui para o debate sobre os limites e as possibilidades das políticas culturais no enfrentamento das desigualdades que atravessam o campo do patrimônio. Mais do que oferecer respostas definitivas, busca-se afirmar a importância de manter abertas as disputas em torno do reconhecimento cultural, reconhecendo que é nesse movimento que se produzem novas formas de existência e novos futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **Patrimônio cultural: tensões e disputas no campo da memória**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

ASSMANN, Jan. **A memória cultural: escrita, lembrança e identidade política nas grandes civilizações**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: museu, memória e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: MinC; Ibram, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 25-33.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MIGNOLO, Walter. **A ideia de América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Inventários participativos: experiências e desafios**. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). **Patrimônio cultural e participação comunitária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

TOLEDO, Maria Aparecida. **INRC: memória e participação**. Brasília: IPHAN, 2012.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.